

Limite a ser observado

Elogiável a iniciativa da Advocacia-Geral da União (AGU) em propor judicialmente a reversão das decisões que permitiram o pagamento de salários acima do teto constitucional a servidores públicos. Recente levantamento realizado pelo Ministério do Planejamento deu números a conhecida distorção mantida nas esferas públicas: a maior parte dos funcionários que recebem salários e proventos com valores superiores ao teto que tem como base a remuneração de ministros do Supremo Tribunal Federal (R\$ 24,5 mil), é constituída por servidores de entidades ligadas à educação e institutos de educação tecnológica. Dentre as distorções identificadas, destaca-se o salário recebido por um servidor da Universidade Federal do Ceará, superior a R\$ 46 mil.

Sem julgar o valor e mérito das qualificações profissionais ou as especificidades da natureza dos serviços prestados, é recorrente que muitas das vantagens e privilégios obtidos por esses servidores foram concedidos por meio de decisões judiciais que visaram recuperar perdas em planos econômicos e a incorporações de benefícios, tudo sob a premissa de pseudos "direitos adquiridos" e com a ingerência política no ambiente judiciário. Ao longo dos anos, a astúcia e o clientelismo que permeiam a atividade pública acabaram por favorecer e criar benesses a uma legião de servidores, nas três esferas de governo, que hoje se valem

"Um país com tantas diferenças sociais não pode se dar ao luxo de manter intacta as vantagens concedidas a poucos"

administrações públicas na redução das folhas de pagamento e na diminuição do custeio às caixas de pecúlios e institutos previdenciários, que acabam, em muitas situações, comprometendo a capacidade de investimento público em áreas sociais e de interesse coletivo. Damesma forma, o estabelecimento de um limite de pagamento aos servidores reduzirá diferenças de níveis salariais e, ao mesmo tempo, poderá servir como estímulo à introdução de novas políticas para do transcurso da carreira profissional na esfera do funcionalismo, com a criação de faixas mais equânimes e alinhadas com a realidade econômica da atividade pública.

Um país com tantas carências e diferenças sociais não pode se dar ao luxo de manter intacta as vantagens concedidas a poucos, sob a premissa de decisões judiciais questionáveis. O momento, portanto, é extremamente oportuno para fazer valer um princípio consagrado na Carta Magna, que não pode ser sobreposto por ações ardilosas engendradas contra o erário público.

CAMPO NEUTRO

Procuram-se engenheiros

CARLOS MAURÍCIO DE PAULA BARROS

A palavra que definirá os novos investimentos do ano de 2010 será, provavelmente, infraestrutura. Cifras bilionárias são indispensáveis para preparar o Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, e tais investimentos vão beneficiar empresas de engenharia e deflagrar uma onda de contratações de profissionais especializados.

As obras prioritárias para a realização dos jogos no Brasil incluem melhorias nas áreas de mobilidade urbana, rede aeroportuária, hotelaria, saúde, saneamento e telecomunicações, entre outras. Haverá ainda a necessidade de reformar ou construir estádios para a realização das competições, bem como a adaptação do entorno dessas edificações. Os recursos que viabilizarão as obras estão previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado para a Copa pelo Governo Federal, e

deverão bater a casa dos R\$ 21,8 bilhões.

Com o país transformado em um grande canteiro de obras, o setor poderá enfrentar o percalço da falta de mão de obra, principalmente a especializada. Os engenheiros serão necessários em todo o processo produtivo, do projeto à manutenção, mas a profissão já está desfalcada antes mesmo desse aumento da demanda.

A Federação Nacional de Engenheiros (FNE) calcula que quase 30% dos alunos de engenharia abandonam o curso antes da formatura. Os motivos são variados: desde a defasagem de alguns currículos universitários em relação à demanda do mercado até a dedicação exigida ao estudante. Nas últimas décadas, a forte razão para tantos jovens desencorajados foi o desaparecimento das perspectivas profissionais, pela falta de investimentos.

No início dos anos 80, as

grandes obras que até então pipocavam em todo o Brasil foram canceladas em função da falência do Estado e da crise internacional de crédito. Um retrato da época foi a lanchonete "O Engenheiro que Virou Suco", aberta na capital paulista por um engenheiro que decidiu aposentar o diploma, após muitas tentativas frustradas de encontrar emprego na profissão. Ser engenheiro não era mais sinônimo de sucesso profissional e a área deixou de despertar o interesse dos jovens.

Apenas recentemente, a partir do crescimento dos investimentos na indústria do petróleo, e agora, com as descobertas de grandes fontes de petróleo no Brasil, como a camada pré-sal, a engenharia voltou a atrair os estudantes. Com os investimentos da Petrobras e a necessidade de deixar o país pronto para receber os dois maiores eventos esportivo do mundo, é possível que tenhamos uma nova era de ouro

Tempo

Sábado (30) com sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Temperaturas entre 23° a 32°C.

Domingo (31) com sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Temperaturas entre 23° a 32°C.

Fonte: climatempo.com.br

TÁ FALADO

"Há tráfico de órgãos para crianças e outras pessoas, porque existe uma necessidade para todo tipo de órgãos."

Jean-Max Bellerive, primeiro-ministro do Haiti, denunciando mais uma triste consequência da tragédia enfrentada por seu país após o terremoto do último dia 12.

"A pré-candidatura do PV é um processo político que precisa ser amadurecido."

Guilherme Leal, co-presidente do Conselho de Administração da Natura, empresa da área de cosméticos, que recentemente se filiou ao partido e já está sendo cogitado para ser o vice da senadora Marina Silva pré-candidata à presidência da República pelo PV.

Indicadores

Imposto de Renda na Fonte			
Base (R\$)	Alíquota (%)	Deduzir (R\$)	
Até 1.499,15	Isento	-	-
De 1.499,16 a 2.246,75	7,5	112,43	
De 2.246,76 a 2.995,70	15	280,94	
De 2.995,71 a 3.743,19	22,5	505,62	
Acima de 3.743,19	27,5	692,78	

INSS - Mês de Competência: Janeiro			
Trabalhador assalariado e doméstica			
Salário base (R\$)	Alíquota		
Até 965,67	8%		
De 965,68 a 1.609,45	9%		
De 1.609,46 até 3.218,90	11%		
Empregador	12%		

DE VOLTA PRA CASA!

COM UM OLHO AQUI E O OUTRO LÁ



FALA DO LEITOR

Aposentados

O dia 24 de janeiro em várias regiões brasileiras é usado como uma data de reunião dos aposentados para ouvir palestras e tomar um lanche especial. Mas, na verdade, deveria ser o momento de comemorar o dia em que foi instituída a Previdência Social no Brasil, através do decreto 4682, que veio a ser conhecido sob o nome de Lei Eloy Chaves, um dos lutadores por esse direito. Na época, foi a conquista apenas de uma categoria, os ferroviários de todo o Brasil, que se mobilizaram para que esse objetivo fosse atingido. Mas é preciso citar que foi D. Pedro de Alcântara que em 1821 criou o primeiro sistema de aposentadoria no Brasil. Na época, para beneficiar mestres e professores com mais de 30 anos de serviço. O tempo passou e muita mobilização foi necessária para que a Previdência Social efetivamente fosse consolidada como um direito de todos os trabalhadores. E são constantes as modificações que foram acrescentadas com o tema passando a integrar a Constituição Federal. Ao longo de todos esses anos, muitas modificações surgiram, quase sempre levando em conta os aspectos econômicos, a sustentação do sistema, que de certa forma é muito abrangente. A Previdência não se limita simplesmente à aposentadoria. Atende também os afastamentos para tratamento de saúde ou de acidentes do trabalho. E não se destina apenas ao trabalhador com registro em carteira, mas também aos autônomos e aos profissionais liberais. E tem como base o cálculo atuarial, que leva em consideração o tempo de contribuição para que se atinja um valor que será devolvido em mensalidades depois que o contribuinte atingir determinadas regras para requerer o benefício a que tem direito. Não é preciso dizer que ao longo do tempo muitas queixas e reclamações vão sendo acumuladas. A questão maior tem a ver com os rendimentos e suas atualizações. E some-se a isto a desinformação do beneficiário. Qualquer pesquisa junto aos aposentados vai constatar que é difícil encontrar quem esteja satisfeito com o valor que recebe. E que a cada ano vai decaindo, vai diminuindo quando dos reajustes. Como agora, onde temos duas situações que exigem uma reflexão. Inicialmente por parte de quem se identifica como liderança de aposentados. Efetivamente está certa a forma de encaminhar a luta pela mobilização desses milhões de trabalhadores? Como aceitar que não se consiga

um diálogo fraterno e constante na busca de encaminhamentos conjuntos? No caso do projeto aprovado no Senado e em tramitação na Câmara, até o momento não se sabe de efetiva mobilização nas bases, para que as chamadas lideranças nacionais possam mostrar aos deputados a necessidade de votar pela sua aprovação. E agora surge um fato novo, ou seja, uma Medida Provisória, com tramitação rápida nos termos constitucionais. É a oportunidade de agir de forma a cobrar dos parlamentares comprometidos com os trabalhadores a apresentação de emenda ou substitutivo em percentuais razoáveis, que melhorem o valor fixado na chamada MP. Este deve ser o tema maior a ser colocado como bandeira de luta e um lema neste dia 24 de janeiro. Em todo o Brasil. Com mobilização por certo o aposentado não ficará dependendo da boa vontade de quem quer que seja, está reafirmando sua disposição de luta, lembrando de como atuava quando estava na ativa, participando das campanhas salariais, que ao longo de sua vida proporcionou avanços salariais e outros direitos trabalhistas. Este é um momento único, que não pode ser perdido.

Uriel Villas Boas
Presidente da Asimetal

Tendas

Em resposta à carta do sr. Horácio Lopes, que questiona sobre a mudança das tendas na praia, publicada na edição retrasada do Boqueirão, a Secretaria de Cultura esclarece que tomou a medida visando um melhor aproveitamento de cada espaço, dando mais agilidade tanto na parte de oficinas culturais e esportivas como na parte de segurança e controle de eventos. A mudança ocorreu porque estavam sendo observados problemas com a tenda próxima à Avenida Conselheiro Nébias, que ficava numa área de difícil acesso para carros de serviço e de grande concentração de barracas de praia. Assim a Secult optou por deslocar a tenda para as proximidades da Pinacoteca, bem perto da divisa entre os bairros do Embaré e Boqueirão. Cabe esclarecer, ainda, que a distância desta nova tenda em relação a que foi retirada do Embaré (Oswaldo Cochrane) é de apenas 500 metros.

Secretaria de Cultura
Assessoria de Imprensa

CARTAS

Por questão de espaço, o jornal se coloca no direito de condensar os textos sem alterar o conteúdo. Cartas para a coluna devem conter nome, profissão e nº do RG do (a) autor(a) e devem ser encaminhadas à Av. Pedro Lessa, 1.506 - cjs. 11 a 14 - Aparecida - Santos - CEP 11025-000 ou redacao@boqnews.com. Telefax (13) 3238-3380

PANORAMA REGIONAL

Fernando De Maria fernando@boqnews.com

Criatividade e simplicidade

Os setores de comércio e serviços da região respondem por 90,5% do total de estabelecimentos da Baixada Santista, contra 74,4% da média do Estado, o que mostra a força deste setor na economia regional. O comércio responde por 52,2% e os serviços, 38,3%.

Em termos de PIB - Produto Interno Bruto, a participação destes setores chega a 68,4%, pouco superior à média paulista (67,7%) e nacional (68%), conforme estudo realizado pelo Sebrae. Do total de micro e pequenas empresas, Praia Grande é a maior dependente deste segmento no setor de comércio, enquanto no de serviços destacam-se Cubatão (46%) e Santos (44%).

Não bastasse, tais segmentos representam força de trabalho em ascensão, superando, de forma direta, mais de 100 mil empregos. Na região, no período de 2000 a 2007, o crescimento médio anual do setor de serviços foi de 5,7%, enquanto o de comércio atingiu 3,9%. A indústria evoluiu 2% no período. Diante destes números, é

importante salientar a iniciativa da prefeita de Cubatão, Márcia Rosa (PT), que criou o cartão servidor cidadão de forma a fortalecer o comércio cubatense.

A proposta prevê a injeção de R\$ 2,6 milhões mensais na economia local para servidores municipais até o final do ano, com a participação de 5.200 funcionários, na ativa ou não, que se cadastraram para receber, em forma de cartão de débito (como o de bancos). Assim, cada servidor pode gastar até R\$ 500 mensais em serviços e aquisição de produtos nos 400 estabelecimentos já cadastrados da cidade.

Além de ajudar na circulação de divisas, a iniciativa atrai comerciantes e prestadores de serviços que viviam na ilegalidade para acertar sua situação fiscal, trazendo mais recursos ao município, com o aumento da arrecadação de impostos na cidade (apenas empresas regularizadas e que emitam nota fiscal podem participar do programa).

Uma verdadeira roda-gigante onde o dinheiro sairá dos cofres municipais, passará pelos servidores que adquirirão bens

e serviços na cidade e que voltará aos cofres municipais em forma de impostos.

A iniciativa, que entrará em vigor na segunda (1), está cercada de expectativa, como salienta o presidente da Associação Comercial e Industrial de Cubatão, Hermes Balula. Segundo ele, outras cidades, como Limeira, já contataram a associação - que atua em parceria com a Prefeitura e cadastra os estabelecimentos interessados - para saber detalhes do projeto.

Um dado curioso é o interesse de pequenos comerciantes se legalizarem para também poderem usufruir do benefício. A previsão é que a iniciativa dure um ano, mas dependendo dos resultados ela poderá ser ampliada.

A iniciativa da prefeita mostra que é possível agir com criatividade para governar uma cidade. A ideia do cartão servidor cidadão é simples e tem tudo para dar certo, com o aumento da arrecadação municipal e a geração de empregos.

Fernando De Maria é jornalista e professor universitário